

1 1 NOV 1993 No país da impunidade

1 1 NOV 1993

FRANCISCO C. WEFFORT

JORNAL DA TARDE



É SÓ COMEÇANDO A PUNIR OS CULPADOS QUE O CONGRESSO RESTABELECE A LEGITIMIDADE QUE LHE FALTA NESTE MOMENTO

Acompanho pelos jornais a visita de juizes que participam da Operação Mãos Limpas, na Itália, e fico me perguntando sobre o que os nossos juizes (e promotores) estão fazendo para ajudar a passar a limpo nosso sistema político. O simples fato de propor a pergunta me coloca em clara desvantagem em relação a qualquer cidadão italiano. Qualquer cidadão italiano sabe da relevante presença de juizes e promotores na limpeza do seu país. Embora se possa entender as diferenças existentes entre o nosso sistema legal e o deles, o fato é que, com raríssimas exceções, aqui os juizes são mudos. E os promotores que falam um pouco — pelo menos os da República — falam tão baixo que às vezes é quase impossível ouvi-los. Onde está a raiz do problema? Na lei ou nos homens?

Somos conhecidos como um país de toda sorte de impunidades. Tomemos um exemplo, recentíssimo. O governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima, atacou a tiros o ex-governador, Tarcísio Burity, em um restaurante de João Pessoa. Fugiu para Campina Grande, foi preso no mesmo dia pela Polícia Federal, obedecendo à acertada determinação do ministro da Justiça. Um dia depois, porém, estava o governador solto por decisão judicial, além disso prometendo para breve voltar ao cargo. Criminalistas comentaram a rapidíssima liberação do governador, considerando-a um ato estritamente legal. Porque Cunha Lima é considerado réu primário e não resistiu à prisão, foi beneficiado por decisão judicial que, em circunstância semelhante, dizem os doutos,

poderia favorecer qualquer outro cidadão. Não pretendo entrar na discussão técnica da lei. Mas não me sai da cabeça a descrição brutal dos fatos, um homem atirando contra outro homem, este desarmado. Se violências dessa natureza podem ser tratadas com tanta ligeireza pela lei, perdoem-me os doutos, há algo errado com a lei.

Um aspecto paradoxal da nossa crise institucional está em que se tem reservado a apuração da corrupção de pedaços do Executivo e do Legislativo também a pedaços do Executivo e do Legislativo. Minha pergunta é a seguinte: com um sistema Judiciário como o nosso poderia ser diferente? Parlamentares fiscalizaram o Executivo no caso Collor. E agora

fiscalizam outros parlamentares. Nas duas operações, com a eventual cooperação da Polícia Federal, ela mesma um órgão do Executivo. Não são poucos, no caso atual da CPI do orçamento, os que são levados a uma atitude de desconfiança. A classe política seria capaz de fiscalizar-se a si própria e, eventualmente, de punir-se a si própria?

Concordo com os que reclamam da ação de um terceiro poder, independente, no caso o Judiciário. O fato, porém, é que diferentemente da Itália, aqui é o Congresso que vem funcionando. Talvez se diga que funciona mal, mas funciona, sob as vistas da imprensa e dos meios de comunicação, de modo visível para os cidadãos e para a

Nação. Por isso, embora acredite na necessidade de virmos a ter um Judiciário independente, penso que não se deveria descrever da possibilidade de o Congresso vir a funcionar melhor. No caso atual, por exemplo, que o Congresso mantenha a CPI por tanto tempo quanto se faça necessário. Mas que comece, desde logo, a tomar decisões sobre deputados e senadores contra os quais pesem evidências suficientes.

Alguém tem dúvidas sobre a necessidade da cassação de figuras como João Alves, Cid Carvalho, Ricardo Fiúza ou Manoel Moreira? No caso anterior da corrupção dos partidos, alguém tem dúvidas sobre a necessidade da cassação dos deputados que venderam o seu "passe" para ingressar em um partido, como se fossem jogadores de futebol? É com tais medidas que o Congresso poderá reconquistar a legitimidade que lhe permitirá voltar à revisão da Constituição e aos demais assuntos do interesse do bem comum. É só começando, desde logo, a punir os culpados que o Congresso restabelecerá a confiança da opinião pública e, portanto, a legitimidade política que lhe falta neste momento. Se quisermos continuar na apuração dos fatos e chegar à punição de todos os culpados, temos que admitir que se comece a punir já. E, nesta missão, temos que contar mais com o Congresso do que com os demais poderes da República.